

LICENCIATURA EM HISTÓRIA  
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

**pró**  
LICENCIATURA

**HISTÓRIA DO BRASIL III**  
MARION REGINA STREMEL  
NILTONCI BATISTA CHAVES

**PONTA GROSSA**  
2011

## CRÉDITOS

**REITOR UEPG**  
João Carlos Gomes

**VICE-REITOR**  
Carlos Luciano Sant'Ana Vargas

**PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**  
Ariangelo Hauer Dias – Pró-Reitor

**PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO**  
Graciete Tozetto Góes – Pró-Reitor

**DIVISÃO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E DE  
PROGRAMAS ESPECIAIS**  
Maria Etelvina Madalozzo Ramos – Chefe

**NÚCLEO DE TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO ABERTA E  
A DISTÂNCIA**  
Leide Mara Schmidt – Coordenadora Geral  
Cleide Aparecida Faria Rodrigues – Coordenadora  
Pedagógica

**PROGRAMA PRÓ-LICENCIATURA**  
Herminia Regina Bugeste Marinho – Coordenadora  
Geral  
Cleide Aparecida Faria Rodrigues – Coordenadora  
Adjunta  
Marco Aurélio Monteiro Pereira – Coordenador de  
Curso  
Edson Armando Silva – Coordenador de Tutoria

**COLABORADOR FINANCEIRO**  
Luiz Antonio Martins Wosiak

**COLABORADOR DE PLANEJAMENTO**  
Silviane Buss Tupich

**COLABORADORES EM INFORMÁTICA**  
Carlos Alberto Volpi  
Carmen Sílvia Simão Carneiro  
Adilson de Oliveira Pimenta Júnior

**PROJETO GRÁFICO**  
Anselmo Rodrigues de Andrade Júnior

**COLABORADORES EM EAD**  
Dênia Falcão de Bittencourt  
Jucimara Roesler

**COLABORADORES DE PUBLICAÇÃO**  
Maria Beatriz Ferreira – Revisão  
Sozângela Schemim da Matta – Revisão  
Rute Yumi Onnoda – Ilustração  
Dyego Chrystenson Marçal - Diagramação

**COLABORADORES OPERACIONAIS**  
Carlos Alex Cavalcante  
Edson Luis Marchinski  
Thiago Barboza Taques

## APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL

A Universidade Estadual de Ponta Grossa é uma instituição de ensino superior estadual, democrática, pública e gratuita, que tem por missão responder aos desafios contemporâneos, articulando o global com o local, a qualidade científica e tecnológica com a qualidade social e cumprindo, assim, o seu compromisso com a produção e difusão do conhecimento, com a educação dos cidadãos e com o progresso da coletividade.

No contexto do ensino superior brasileiro, a UEPG se destaca tanto nas atividades de ensino, como na pesquisa e na extensão. Seus cursos de graduação presenciais primam pela qualidade, como comprovam os resultados do ENADE, exame nacional que avalia o desempenho dos acadêmicos e a situa entre as melhores instituições do país.

A trajetória de sucesso, iniciada há mais de 40 anos, permitiu que a UEPG se aventurasse também na educação a distância, modalidade implantada na instituição no ano de 2000 e que, crescendo rapidamente, vem conquistando uma posição de destaque no cenário nacional.

Atualmente, a UEPG é parceira do MEC/CAPES/FNED na execução dos programas Pró-Licenciatura e do Sistema Universidade Aberta do Brasil e atua em 38 polos de apoio presencial, ofertando, diversos cursos de graduação, extensão e pós-graduação a distância nos estados do Paraná, Santa Catarina e São Paulo.

Desse modo, a UEPG se coloca numa posição de vanguarda, assumindo uma proposta educacional democratizante e qualitativamente diferenciada e se afirmando definitivamente no domínio e disseminação das tecnologias da informação e da comunicação.

Os nossos cursos e programas a distância apresentam a mesma carga horária e o mesmo currículo dos cursos presenciais, mas se utilizam de metodologias, mídias e materiais próprios da EaD que, além de serem mais flexíveis e facilitarem o aprendizado, permitem constante interação entre alunos, tutores, professores e coordenação.

Esperamos que você aproveite todos os recursos que oferecemos para promover a sua aprendizagem e que tenha muito sucesso no curso que está realizando.

A Coordenação

<b>PALAVRAS DOS PROFESSORES</b>	7
<b>OBJETIVOS E EMENTA</b>	9
<b>UNIDADE I – Ordem e Progresso? As origens da República brasileira</b>	11
<b>Seção 1 – Introdução</b>	12
<b>Seção 2 – Azeitando as engrenagens</b>	14
<b>Seção 3 – E o povo?</b>	16
<b>Seção 4 – A cidadania a porrete</b>	19
<b>UNIDADE II – O gaúcho que virou brasileiro: Getúlio Vargas chega ao poder!</b>	25
<b>Seção 1 – Introdução</b>	26
<b>Seção 2 – A busca de um novo Brasil: a década de 1920</b>	27
<b>Seção 3 – A conjuntura 1929-1930</b>	28
<b>Seção 4 – Afinal, 1930 teria sido uma revolução?</b>	34
<b>UNIDADE III – O Brasil e a Era Vargas</b>	39
<b>Seção 1 – Introdução</b>	40
<b>Seção 2 – A década de 1930 e os nacionalismos</b>	40
<b>Seção 3 – A periodização</b>	42
<b>Seção 4 – Educação e cultura</b>	46
<b>Seção 5 – O modelo social</b>	51
<b>UNIDADE IV – O tiro no coração</b>	57
<b>Seção 1 – Introdução</b>	58
<b>Seção 2 – O fim do Estado Novo</b>	60
<b>Seção 3 – E agora, José?</b>	64
<b>Seção 4 – O retrato do velhinho</b>	67
<b>Seção 5 – Agosto</b>	71
<b>PALAVRAS FINAIS</b>	74
<b>SUGESTÕES COMPLEMENTARES</b>	75
Filmes	75
Sites e revistas virtuais	76
<b>REFERÊNCIAS</b>	77
<b>QUEM SOMOS</b>	81

Olá! Antes de mais nada, neste primeiro contato, vamos nos apresentar e também falar rapidamente sobre a nossa disciplina. Somos historiadores, ambos formados pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, e atuamos como pesquisadores e educadores no ensino público superior no estado do Paraná.

A história do Brasil, em especial no período republicano, tem sido objeto de incontáveis trabalhos nos últimos anos. Além de um grande número de estudos sobre a República brasileira, o que observamos é a publicação de excelentes obras, o que favorece o estudo e as discussões sobre esse importante período de nossa história, além de permitir a sua interpretação por meio das mais diferentes abordagens.

Entre os historiadores (e outros cientistas sociais) que atualmente merecem destaque encontram-se nomes de peso – e de leitura obrigatória – como: Nicolau Sevcenko, Boris Fausto, Maria Helena Capelatto, José Murilo de Carvalho, Sidney Chalhoub, Celso Castro, Maria Izilda de Mattos, Marco Antonio Villa, Claudio Bataglia, Mônica Veloso, Elias Saliba, Paulo Pinheiro Machado, Ângela de Castro Gomes. Notável também tem se mostrado a contribuição de brasilianistas como Robert Levine, Jeffrey Lesser, Jerry D'Ávila e Frank McCann. Como você deve ter percebido, a lista é longa e, certamente, exigirá uma boa dose de esforço para ser absorvida a contento. Podemos dizer que essa será uma jornada árdua e, ao mesmo tempo, extremamente prazerosa.

Assim, a partir de agora, o que propomos é a possibilidade de você conhecer parte dessa historiografia atual relacionada com a história republicana brasileira. Ao fazer esse percurso, acreditamos que você também passará a conhecer um pouco mais sobre a história do Brasil nos últimos 120 anos.

Este livro está estruturado em quatro capítulos que concentrarão as discussões no período que vai da proclamação da República no Brasil (1889) até a morte de Getúlio Vargas (1954). Tentamos ordenar as discussões e os temas de modo que, didaticamente, você possa conhecer um pouco mais desse importante recorte histórico. Não esqueça que tudo o que está contido neste exemplar deve servir como o ponto de partida para que você aprofunde seus conhecimentos. Ao final, fizemos questão de relacionar uma série de filmes e sites que podem contribuir com seus estudos. Aproveite-os!

Então, a partir de agora é ler, refletir, discutir e ampliar seus conhecimentos!

**Bom curso!**

## OBJETIVOS E EMENTA

### OBJETIVO GERAL

- Compreender a formação da República brasileira e as diferentes fases históricas nela contida.

### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Perceber as transformações sociopolíticas, econômicas e culturais provocadas pela República brasileira ao longo de sua existência.
- Diferenciar os períodos vivenciados pela República brasileira.
- Perceber as nuances historiográficas presentes nas discussões sobre a República brasileira.
- Notar permanências e rupturas existentes entre a República brasileira e os períodos que a antecederam (Colônia e Império).

### EMENTA

Análise historiográfica do processo histórico do Brasil republicano.

### PLANO DE ESTUDO

#### UNIDADE I

Ordem e Progresso? As origens da República brasileira – **25%**

#### UNIDADE II

O gaúcho que virou brasileiro: Getúlio Vargas chega ao poder! – **25%**

#### UNIDADE III

O Brasil e a Era Vargas – **25%**

#### UNIDADE IV

O tiro no coração – **25%**

# Ordem e Progresso? As origens da República brasileira

## OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

- Conhecer quais os principais motivos que levaram ao fim do Império e à implantação da República no Brasil.
- Identificar as diferentes concepções sobre o povo brasileiro no que se refere a sua composição étnica e sua formação sociocultural.

## DESAFIO DA UNIDADE

- A partir das informações desta unidade, e com base em uma bibliografia de apoio, produza um texto a respeito do nascimento da República brasileira.

## ROTEIRO DE ESTUDO

- **Seção 1:** Introdução
- **Seção 2:** Azeitando as engrenagens
- **Seção 3:** E o povo?
- **Seção 4:** A cidadania a porrete

UNIDADE I

## Para início de conversa

Nesta unidade você compreenderá como surgiu a República brasileira e perceberá que ela está inserida num contexto geral de transformações que atingiram o mundo na segunda metade do século XIX.

## SEÇÃO 1

### Introdução

1889: Ano do centenário da Revolução Francesa, movimento político e social a partir do qual se estruturam as bases da contemporaneidade! Para comemorar a data, foi realizada a Exposição Universal de Paris, um evento que teve na Torre Eiffel – até então a mais alta edificação já construída pelo homem – a sua principal atração e que serviu, especialmente, para expor ao mundo os espantosos avanços científicos e tecnológicos experimentados pela humanidade naquele final de século.

A propósito, você saberia dizer qual a relevância da ciência e da tecnologia para as sociedades ocidentais no século XIX? Que tal você pensar sobre essa questão valendo-se de alguns exemplos produzidos pela literatura naquele período?

É bem possível que você já tenha ouvido falar no britânico Arthur Conan Doyle (1859-1930) e no francês Julio Verne (1828-1905). Ambos foram escritores que viveram a maior parte de suas vidas no século XIX e criaram personagens e histórias que traduziram bem as perspectivas daqueles tempos. Enquanto Conan Doyle deu vida a Sherlock Holmes, um detetive que resolvia seus casos com o uso de métodos científicos e com a ajuda da observação e da dedução, Verne encantou gerações com seus clássicos “Viagem ao Centro da Terra”, “Vinte mil léguas submarinas” e “A Volta ao Mundo em Oitenta Dias”. Desta forma, ambos construíram seus textos a partir dos princípios e dos saberes científicos, atraindo a atenção de milhões de leitores.

Na verdade, a ciência ocupou um lugar de destaque nos Oitocentos, produzindo uma revolução tecnológica e trazendo consigo, sobretudo no último quarto do século, mudanças estruturais na forma de vida de um grande número de pessoas ao redor do mundo.

Ao tratar das transformações ocorridas nesse período e de como elas atingiram as pessoas, Nicolau Sevchenko apresenta o depoimento de Raymond Loewy, um designer industrial parisiense que afirmou:

Estando com apenas catorze anos, em Paris, onde nasci, eu já tinha visto o surgimento do telefone, do avião, do automóvel, da eletricidade doméstica, do fonógrafo, do cinema, do rádio, dos elevadores, dos refrigeradores, do raio X, da radioatividade e, ademais, da moderna anestesia.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> LOEWY, R. In: SEVCENKO (Org.), N. História da Vida Privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p. 10.

Mas espere, você já se deu conta de que esse conjunto de intensas mudanças que atingiram o planeta naquele período estava atrelado às transformações e à expansão da economia capitalista pelo mundo? Ao longo do século XIX, o capitalismo foi estendendo suas ações para regiões periféricas (como a África, a Ásia e a América do Sul) que, até esse período, vinculavam-se acessoriamente a esse sistema, mas que, a partir dessa fase, passaram a integrá-lo efetivamente.

Desde meados daquele século, o Brasil vinha convivendo com uma série de mudanças que acabaram por alterar substancialmente sua realidade socioeconômica. A chegada contínua de grandes contingentes de imigrantes europeus, a implantação de uma limitada malha ferroviária nas regiões sul e sudeste, o fim do tráfico escravo a partir da assinatura da Lei Eusébio de Queiróz (1850), a criação da Lei de Terras (1850), o tímido processo de urbanização e a formação de um arremedo de mercado interno no país acabaram atingindo a essência do secular modelo de sociedade baseada no trabalho escravo, na importação de bens e na exportação de gêneros agrícolas.

O capitalismo – com suas práticas, exigências e possibilidades – definitivamente chegava ao Brasil, e sua relação com um Império marcado pela acomodação e pelo vínculo com o passado colonial pré-capitalista logo se mostrou difícil.

A ideia de República no Brasil não era nova. Ela já havia sido invocada – sem sucesso – tanto na época colonial como durante o Império. Porém, desde 1870, ano em que foi publicado um Manifesto Republicano no Brasil e que foi fundado um Partido Republicano, é possível falar na existência de um movimento que ganhou força e começou a causar uma sensação de incômodo ao Estado Imperial, conforme destaca Margarida de Souza Neves:

... é a partir de 1870 que se oficializa o republicanismo brasileiro, com a publicação do Manifesto Republicano no primeiro número do jornal A República. Coerente com o princípio descentralizador do federalismo, que se constituía na grande bandeira política dos republicanos de todos os matizes e na principal proposta do Manifesto de 1870, o movimento republicano organizou-se desde então em partidos políticos provinciais ... abrigou tendências diferenciadas entre as quais os chamados republicanos históricos – os signatários do Manifesto de 1870 –, os positivistas, os moderados, os liberais e tantos outros; cooptou descontentes com os rumos do Estado Imperial – tais como os ironicamente chamados de 14 de maio, fazendeiros e proprietários de escravos que abandonaram o barco da monarquia após a abolição de 13 de maio de 1888, ou Rui Barbosa, que em voto em separado no Congresso do Partido Liberal de maio de 1889 anuncia sua adesão ao ideal republicano, uma vez que a monarquia recusava a bandeira federalista.<sup>2</sup>

Apesar de combatida pelas forças leais à Monarquia, a tese republicana ganhou força e, com o passar dos anos, conquistou novos simpatizantes – sobretudo – entre os grupos descontentes com o Império, conforme explicitado em uma publicação que circulou no Rio de Janeiro no início de 1889:

Há um fermento revolucionário por toda parte: a república triunfa e apenas deve-se registrar a existência de um único partido monárquico, o dos que esperam lugubrememente a certidão de óbito de Sua Majestade... Não há espírito, por mais obtuso, que não veja, ao menos dentro de poucos anos, a ruína total da instituição monárquica no Brasil... A força republicana atual é uma caudal [sic] soberana que resulta de várias

<sup>2</sup> NEVES, M. S.. Os Cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. IN: FERREIRA, J. & DELGADO, L. A. N.. O Brasil Republicano. O tempo do Liberalismo Excludente da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 28-29.

convergências: da antiga e tradicional idéia republicana; da autonomia da lavoura, já não precisando da proteção imperial; dos desesperos das classes em crise econômica; do ócio contra a imoralidade dos governos; da miséria das províncias; do abolicionismo que trabalhou pela liberdade e não ficou monárquico... O republicanismo espera apenas a reação armada... Seja como for, a república vencerá.<sup>3</sup>

A “previsão” feita por João Ribeiro, escritor carioca que acompanhou o processo final da Monarquia e de implantação da República, mostrou-se correta. O desfecho, como você deve saber, ocorreu em 15 de novembro de 1889, com a deposição de D. Pedro II e a posse do Governo Provisório liderado pelo Marechal Deodoro da Fonseca.

Apesar da conhecida frase do jornalista Aristides Lobo, publicada no jornal carioca *Diário Popular* de 16 de novembro de 1889, de que “o povo assistiu àquilo [a proclamação da República] bestializado”, o certo é que, se o republicanismo não era exatamente um movimento de massas, ao menos ele já vinha sendo organizado há quase duas décadas antes da queda da Monarquia.

Mas se você pensa que o ato da proclamação da República resolveu todos os problemas e questões existentes naquele Brasil de fins do século XIX, está enganado. Pelo contrário, os primeiros tempos da ordem republicana foram marcados por grandes problemas, dúvidas e incertezas e, até mesmo, a ideia da volta do Imperador ao poder circulou com intensidade em terras brasileiras.

## SEÇÃO 2

### Azeitando as engrenagens

Ao analisar os primeiros anos da ordem republicana, a historiadora Margarida de Souza Neves chegou à seguinte constatação:

Em novembro de 1889 a República foi apenas proclamada. Só anos mais tarde, no governo de Campos Sales (1898-1902), o irmão do autor do Catecismo republicano de 1885, e que se tornaria o grande arquiteto e o executor da obra de engenharia política que faria funcionar azeitadas as engrenagens da chamada República Velha, serenaria a turbulência da primeira hora republicana no Brasil.<sup>4</sup>

A chamada República Velha (1889-1930) se estabeleceu a partir de uma complexa estrutura política, baseada em acordos entre os detentores do poder local e o poder federal. Porém, nos primeiros anos, o regime republicano enfrentou diversos problemas, como a desconfiança com relação à nova ordem, o saudosismo monárquico de alguns setores e, principalmente, a profunda necessidade de criar e disseminar uma concepção de nação e de povo.

Afinal, em um período em que a ciência falava em eugenia, pureza étnica e cultural, como definir e ter orgulho de um povo formado a partir da miscigenação

<sup>3</sup> HANSEN, P. Feições e fisionomia: A história do Brasil de João Ribeiro. Rio de Janeiro: Access, 2000, pp. 24-25.

<sup>4</sup> NEVES, M. S.. Op. cit., p. 33.

e do multiculturalismo? Esse foi, sem dúvidas, um dos maiores dilemas enfrentados no começo da República brasileira. Para muitas de nossas autoridades e também para inúmeros cientistas e intelectuais brasileiros daquele período, além de um sinal de atraso e de inferioridade, era vergonhoso assumir que nosso “povo” nascera de uma miscigenação que misturava os europeus superiores aos negros africanos e aos ameríndios. Por outro lado, simplesmente importar e aceitar as teses eugênicas vindas da Europa significava eliminar a maioria dos brasileiros natos da conceituação e da ideia de povo e, conseqüentemente, da própria formação nacional.

Esse emaranhado de questões explicam, em grande parte, por que a República agiu sistematicamente de forma violenta contra todos os movimentos populares que eclodiram no pós 1889. Pode-se dizer que a morte de sertanejos, mulatos, negros, indígenas, caboclos, na maior parte das vezes analfabetos e distantes dos saberes científicos, chegava a ser conveniente para quem pensava na necessidade de “limpar” e “purificar” o nosso povo. Exemplo claro dessa afirmação, a Guerra de Canudos, ocorrida entre 1896 e 1897, entrou para a história como um dos maiores massacres já cometidos pela República contra o povo brasileiro, como registrou Euclides da Cunha, escritor republicano que se desencantou com o regime ao presenciar o massacre promovido contra os seguidores de Antonio Conselheiro:

... ao entardecer, quando caíram seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados. (...) No dia 6 acabaram de destruir desmanchando-lhes as casas, 5.200, cuidadosamente contadas...<sup>5</sup>

José Murilo de Carvalho, um especialista nas discussões sobre o nascimento da República no Brasil, destaca exatamente a ausência de um sentimento nacional, a presença de um povo mestiço, a existência de um vasto território e a secular tradição monárquica como os elementos concretos que tornaram muito difíceis os primeiros anos da ordem republicana. Para esse historiador mineiro, três grupos distintos disputaram inicialmente o controle político após a proclamação da República: os republicanos históricos (aqueles que defendiam o ideário republicano desde a década de 1870), os jacobinistas (uma referência aos jacobinos da Revolução Francesa, era o grupo que propunha mudanças estruturais na sociedade e na economia brasileira) e os positivistas (militares e intelectuais), sendo que os últimos acabaram ficando com o controle do Estado.

Em “A Formação das Almas”, uma de suas obras mais conhecida, José Murilo de Carvalho trata das tensões e embates presentes na fase de criação e de consolidação da ordem republicana e de seus símbolos no Brasil. O autor afirma que, logo após a instauração da República, os positivistas que controlavam o Estado se preocuparam com a criação de heróis que simbolizassem o ideário republicano entre a população. Após tentar, sem sucesso, popularizar as imagens de líderes militares e de intelectuais, os ideólogos da República chegaram à figura de Tiradentes, conforme registra:

Não existia nenhum retrato de Tiradentes feito por quem o tivesse conhecido pessoalmente. O que predominava quando Décio Villares fez sua litogravura (1890) era a descrição tendenciosa retirada do livro de Joaquim Norberto. Baseando-se em declaração de Alvarenga Peixoto, tirada dos Autos, Norberto descrevera Tiradentes como “feio e espantado”, acrescentando por conta própria que nada tinha de simpático,

<sup>5</sup> CUNHA, E. Os Sertões: campanha de Canudos. São Paulo: Martin Claret, 2002, p. 327.

que era repelente. Os desmentidos dessa descrição só vieram mais tarde. Daí adquirir maior importância a interpretação de Villares, que contestava abertamente a versão tida como verdadeira. Mais tarde, em 1928, Villares voltou a retratar o inconfidente, dessa vez em um óleo. Na nova obra, claramente um desenvolvimento da primeira, a força das cores e a maior estilização da figura - cabelo e barba menos revoltos - acentuavam ainda mais a semelhança com Cristo, pelo menos com o Cristo adocicado da maioria das representações.

A simbologia cristã apareceu em várias outras obras de arte da época. No quadro *Martírio de Tiradentes*, de Aurélio de Figueiredo, o mártir é visto de baixo para cima, como um crucificado, tendo aos pés um frade, que lhe apresenta o crucifixo, e o carrasco Capitania, joelho dobrado, cobrindo o rosto com a mão. É uma cena de pé-da-cruz. Mesmo na representação quase chocante de Pedro Américo, a alusão a Cristo é inescapável. Seu *Tiradentes esquartejado*, de 1893, mostra os pedaços do corpo sobre o cadafalso, como sobre um altar. A cabeça, com longas barbas ruivas, está colocada em posição mais alta, tendo ao lado o crucifixo, numa clara sugestão da semelhança entre os dois dramas. Um dos braços pende para fora do cadafalso, citação explícita da Pietá de Michelangelo.<sup>6</sup>

Perceba: o que José Murilo de Carvalho nos relata ajuda a compreender que a imagem disseminada até hoje no imaginário coletivo brasileiro é do Tiradentes “republicano”. O fato de ele ter lutado a favor de uma República em pleno período colonial e ter pagado com a vida por conta desse sonho – morto por ordem da Coroa Portuguesa – era motivo suficiente para torná-lo mártir e herói republicano. O restante ficou por conta dos registros imagéticos produzidos por pintores a serviço da ordem instaurada em 1889 e da criação de uma data oficial em sua homenagem (o 21 de abril passou a ser feriado nacional a partir de 1926).

Mas, de maneira concreta, é possível afirmar que foi a partir do governo Campos Sales (1898-1902), tal qual afirma Margarida de Souza Neves, que as “engrenagens” republicanas ficaram perfeitamente “azeitadas”. Coube ao experiente político paulista a montagem de um eficiente móbil político baseado em um acordo de reciprocidade permanente entre os latifundiários que controlavam os poderes em todos os quadrantes do território nacional. Nascia assim a “Política dos Governadores”, um mecanismo eficiente baseado na violência, no autoritarismo, na fraude eleitoral, no forte controle político dos coronéis. Esse mecanismo também se valia de calculadas “caridade”, “generosidade” e “paternalismo”. Foi a tal “Política dos Governadores” que possibilitou que as oligarquias se mantivessem no poder de forma hegemônica até o final da República Velha.

## SEÇÃO 3

### E o povo?

Você já ouviu falar em Louis Couty? Não? Tudo bem, já que são raros os textos e livros de história que fazem menção a esse francês que chegou ao Brasil durante o Império, trazido por interferência direta de D. Pedro II. Biólogo, Couty ensinou Biologia Industrial na Escola Politécnica do Rio de Janeiro e foi um dos criadores do Laboratório de Fisiologia Experimental, ligado ao Museu Nacional.

<sup>6</sup> CARVALHO, J. M. de. A Formação das Almas. O Imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1990, p. 65.

Influenciado pelas ideias correntes no século XIX, o cientista francês, logo que chegou, ficou muito mal impressionado com o que viu em terras brasileiras. A mistura das raças não o agradava e – por conta disso – poucos anos antes da proclamação da República, Couty escreveu que “o Brasil não tem [tinha] povo”. Na sua visão, os negros possuíam defeitos graves genéticos e culturais, o que criava uma incompatibilidade entre estes e a ideia de desenvolvimento e progresso social. Só para que você se esclareça, o Censo de 1890 apontava que a cada dez pessoas que habitavam a cidade do Rio de Janeiro, nove eram negras, mulatas ou pardas. Esses números dão bem a dimensão do perfil da composição da população brasileira no início da República. Imagine, também, que o Rio de Janeiro era não só a capital federal, como a maior e mais importante cidade brasileira daqueles tempos e que sua população era uma síntese do restante do país.

Mas infelizmente essa concepção eugenista não era uma exclusividade dos europeus que vinham para o Brasil nos Oitocentos. Muita gente nascida aqui também pensava dessa forma. Ah! E antes que você se engane, é bom saber que não eram só os brancos que tinham essa forma de ver as coisas. Por incrível que pareça, muitos mestiços também pensavam assim. Mas como um mulato, por exemplo, podia atingir a condição “superior” de branco, se a genética não lhe permitia isso? A resposta é relativamente simples: negando suas raízes culturais e adotando aquelas vindas da Europa, numa espécie de “eugenia cultural”. Tal princípio foi mostrado de forma bem humorada por João Ubaldo Ribeiro em “Viva o povo brasileiro”, uma obra-prima da literatura brasileira.

Nesse romance, o escritor baiano trata da construção da identidade brasileira e conta a história de Amleto Ferreira, um mulato que fica rico roubando um barão do qual era contador, que se casa com a sua viúva e que muda seu nome para Amleto Henrique Ferreira-Dutton. Desta forma ele ascendeu econômica, cultural e socialmente e passou a integrar o universo dos brancos “superiores”, conforme as palavras do próprio mulato:

Meu nome, por exemplo, é Amleto, escolhido por minha mãe em homenagem a meu pai; Henrique é pela velha tradição de casas reais de Inglaterra – Henrique, Jorge, Carlos, Guilherme, Eduardo e assim por diante –; Nobre porque este é sempre o terceiro apelido de nossa família portuguesa e, finalmente, Ferreira-Dutton, que é o nome correto da nova família, resultado da união anglo-portuguesa.<sup>7</sup>

E continua:

Mas, vejamos bem, que será aquilo que chamamos de povo? Seguramente não é essa massa rude, de iletrados, enfermiços, encarquilhados, impaludados, mestiços e negros. A isso não se pode chamar um povo, não era isso o que mostraríamos a um estrangeiro como exemplo de nosso povo. O nosso povo é um de nós, ou seja, um como os próprios europeus. As classes trabalhadoras não podem passar disso, não serão jamais povo. Povo é raça, é cultura, é civilização, é afirmação, é nacionalidade, não é o rebotinho dessa mesma nacionalidade. Mesmo depuradas, como prevejo, as classes trabalhadoras não serão jamais o povo brasileiro, eis que esse povo será representado pela classe dirigente, única que verdadeiramente faz jus a foros de civilização e cultura nos moldes superiores europeus – pois quem somos nós senão europeus transplantados?<sup>8</sup>

<sup>7</sup> RIBEIRO, J. U. Viva o povo brasileiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p. 234.

<sup>8</sup> Idem. p. 252.

Para Marco Antonio Villa – historiador que na década de 1990 promoveu uma grande revisão nas interpretações a respeito da Guerra de Canudos<sup>9</sup> – um dos elementos que explica a violência do Exército e, por consequência, do Estado republicano contra os sertanejos de Canudos é a composição das gentes envolvidas no conflito, um conjunto de brancos pobres, mulatos, negros e índios. Inicialmente, Villa apresenta a manifestação oficial do presidente Prudente de Moraes:

O comandante da expedição recebeu todo o apoio do presidente da República, que, em mensagem enviada ao Congresso Nacional, reiterou que ... a “causa da legalidade e da civilização vencerá a ignorância e o banditismo. Canudos vai ser atacada em condições de não ser possível novo insucesso”. Assim, “dentro em pouco a divisão do Exército, ao mando do general Arthur Oscar, destruirá os que ali estão envergonhando a nossa civilização”.<sup>10</sup>

O resultado do conflito terminou de forma trágica:

Incendiando o arraial, o Exército foi avançando para o último núcleo de resistência. Segundo Manuel Benício, “o clarim deu sinal de degola e a tropa invadiu, por todos os lados, todo o arraial”. Lembra Aristides Milton que os conselheiristas “preferiam contudo morrer despedaçados pela bomba e pela metralha a se entregar desarmados ao adversário em cuja isenção e generosidade não podiam confiar”. Escreve Arthur Oscar que “fuzilavam-se a dois passos de distância ou matavam-se à baioneta, à machado, à faca, por todas as formas, enquanto que as casas conquistadas, verdadeiros redutos, eram devastadas pelo incêndio”.<sup>11</sup>

Ao longo da República Velha, eram muitas as discussões a respeito de quem compunha o povo brasileiro e qual perfil de povo efetivamente era o pretendido para que o país avançasse no “caudal dos ideais modernos”, conforme diz Margarida de Souza Neves. A busca por um povo branco e, portanto, compreendido como superior e civilizado, foi uma questão que perdurou durante toda a primeira fase republicana.

Desta forma, a imigração em massa – ocorrida desde meados do século XIX – além de corresponder à entrada de braços no mercado de trabalho em expansão, significou também a tentativa de “melhorar” nosso povo tornando-o mais “branco”, mais “civilizado” e “melhorando” nosso padrão cultural. Como afirma Lúcio Kowarick, os negros, índios e mestiços brasileiros eram “encarados como vadios, inaptos para o trabalho organizado e regular”.<sup>12</sup>

Foi somente após o término da I Guerra Mundial, quando os fluxos imigratórios europeus cessaram e os brasileiros natos passaram a ocupar maiores espaços nos mercados produtivos nacionais, que os discursos começaram a mudar. Essa mudança se deu muito mais pela diminuição da vinda de europeus do que, concretamente, por um novo olhar, menos preconceituoso, com relação aos brasileiros miscigenados.

<sup>9</sup> Em “Canudos: O Povo da Terra”, Marco Antonio Villa desconstrói a interpretação euclidiana de que a Guerra de Canudos foi promovida a partir de condicionantes messiânicos e, com base em farta documentação de época, apresenta o movimento a partir de motivações sociais. Contudo, Villa não descarta a presença de elementos culturais e também do catolicismo popular na gênese e no desenvolvimento da Guerra.

<sup>10</sup> VILLA, M. A.. Canudos. O povo da terra. São Paulo: Ática, 1996, p. 177.

<sup>11</sup> Idem, pp. 204-207.

<sup>12</sup> KOWARICK, L. Trabalho e Vadiagem: A origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 110.

### A cidadania a porrete

Possivelmente você já ouviu uma máxima que circula no senso comum de que o povo brasileiro é pacífico (compreendido aqui num sentido muito próximo ao de passividade). Uma coisa é certa: nós brasileiros somos sim, na grande maioria, alegres, amistosos, simpáticos e acolhedores. Porém não se deve confundir esses comportamentos com passividade ou inércia. A produção historiográfica brasileira demonstra que, desde o período colonial até os dias atuais, são incontáveis os episódios de resistência protagonizados, sobretudo, pelos segmentos populares de nossa sociedade. Como exemplos, encontramos os negros quilombolas do período colonial; as revoltas do século XIX, como a Cabanagem, a Balaiada, a Guerra de Canudos e a campanha abolicionista; a Revolta da Chibata; a luta dos trabalhadores pelo direito de organização durante a Guerra do Contestado, todos na República Velha. Mais tarde, podem ser citadas as manifestações contra o Estado Novo varguista e a frente popular contra a ditadura militar. Nos dias atuais, a luta pela posse da terra, as instâncias comunitárias, a militância estudantil e a defesa ambiental aparecem como exemplos da coragem e da capacidade de organização do nosso povo.

Então, de onde vem a ideia do pacifismo – ou passividade – dos brasileiros? Quem sabe o historiador José Murilo de Carvalho possa ajudá-lo a responder essa questão. No texto “Cidadania a porrete”, publicado por ele no final da década de 1980, Carvalho afirma que:

O cidadão brasileiro é o indivíduo que ... tem o gênio quebrado a paulada, é o indivíduo dobrado, amansado, moldado, enquadrado, ajustado a seu lugar. O bom cidadão não é o que se sente livre e igual, é o que se encaixa na hierarquia que lhe é prescrita... Não é difícil rastrear em nossa história evidência para esta leitura. Suas raízes profundas estão, naturalmente, na escravidão... Como era tratado o escravo e o agregado, assim foi tratado o cidadão... República adentro, manteve-se a prática. É conhecida a lei de ouro do coronelismo: para os amigos pão, para os inimigos pau... E não diga que a regra se aplicava apenas ao mundo rural, ao reino dos coronéis. No mundo urbano que emergia o espírito era o mesmo. Questão social era com a polícia mesmo, era no sarrafo... A prática brasileira de formação do cidadão é corroborada pela riqueza do vocabulário... [uns viraram] cidadão no marmelo, na lambada, na chibata. Outros entraram no pau, no sarrafo, no cacete, no porrete, no bordão, na manguara, na vara, no cipó. Ou na borduna, contribuição indígena à nossa polis... O cacete é a paternal admoestação para o operário que faz greves, para a empregada doméstica que responde à patroa, para o aluno rebelde, para a mulher que não quer cuidar de casa, para o crioulo que não sabe o seu lugar, para o malandro que desrespeita a “otoridade”, para qualquer um de nós que não saiba com quem está falando. O porrete é para quebrar o gênio rebelde e trazer de volta ao rebanho todos os extraviados. Como diziam os bons padres da colônia, o castigo é para o próprio bem dos castigados. É um cacete brasileiro, muito cordial. É pau-brasil.<sup>13</sup>

Perceba, apesar de o assunto ser bastante sério, que em seu texto José Murilo de Carvalho percorre, de forma bem-humorada, os diferentes momentos da história brasileira e expõe a violência promovida pelo Estado, pela Igreja e pelos detentores do

<sup>13</sup> CARVALHO, J. M. de. Pontos e Bordados. Escritos de história e política. Belo Horizonte: EdUFMG, 1999, pp. 307-309.

poder contra os índios, africanos, trabalhadores, mulheres e qualquer outra pessoa em condição de inferioridade na escala social. Desde o início da colonização portuguesa no Brasil, a violência foi uma tônica que se fez sentir de variadas formas.

Tais práticas efetivamente fizeram com que boa parte da nossa população se tornasse submissa, resignada e fizesse silêncio diante de situações de injustiça, desmando e autoritarismo. No entanto, isso não impediu que, em inúmeras ocasiões, ocorressem movimentos de questionamento e contestação à ordem vigente.

Nesse sentido, a República Velha é um período marcado por inúmeros casos de manifestações populares. No campo e nas cidades, grupos de trabalhadores, militares de baixa patente, intelectuais, mulheres etc. se manifestaram em busca de seus direitos. A resposta do Estado brasileiro foi a mesma para todos os casos: o “cacete”, o “porrete”, o “bordão”, a “manguara” ou o “pau-brasil”, como diria José Murilo de Carvalho.

Ao tratar desse tema, o historiador Nicolau Sevcenko avalia que a repressão e a violência são heranças da tradição escravocrata brasileira e não se resumiam à prisão daqueles que eram considerados “perigosos” (leia-se pobres, negros, operários, sertanejos pobres etc.). De acordo com a “periculosidade” do indivíduo aplicava-se o espancamento sistemático, o exílio na selva, a degola ou o fuzilamento sumário. Sevcenko afirma ainda que, em função da violência institucionalizada na República Velha, os grupos populares nacionais

... desenvolveram rezas, amuletos, mandingas e rituais de benção ou fechamento do corpo, como defesa de sua última fonte de autonomia. Um recurso curioso nesse sentido eram as tatuagens, difundidas em profusão nos meios populares do Rio de Janeiro, um de seus usos sendo o de marcar toda a extensão das costas com imagens do Cristo crucificado, com o calculado intuito de intimidar os agentes policiais nas eventuais sessões de espancamento.<sup>14</sup>

Em se tratando do universo rural brasileiro, a Guerra de Canudos (1896-1897) e a Guerra do Contestado (1912-1916) se constituíram em episódios marcados pelo conflito direto entre o Exército brasileiro e sertanejos despossuídos, resultando em um grande número de mortos, sobretudo entre os últimos.

Nos centros urbanos de maior parte o que se verifica é o aparecimento de um operariado formado, em grande parte, por imigrantes europeus que chegaram ao Brasil trazendo consigo as influências do pensamento libertário que brotara na Europa do século XIX. É certo que esse operariado brasileiro “se formou às avessas”, como disse certa vez Alceu Amoroso Lima. Nossos primeiros operários vieram, em grande parte, das lavouras de café e se concentraram em algumas capitais e algumas poucas cidades do interior do país, conforme destacaram Francisco Foot Hardman e Victor Leonardi:

... a classe operária brasileira que se formava então caracterizava-se por seu peso numérico reduzido no conjunto da sociedade global. Além disso, combinava-se, neste processo, a dispensa da força de trabalho pelo território nacional, ao lado de significativa concentração operária e fabril em centros como Rio de Janeiro e São Paulo, principais núcleos do proletariado de fábrica, em especial os trabalhadores têxteis. Ao lado dessa desigual distribuição geográfica, devem-se considerar as diferenças já referidas quanto ao tamanho das empresas: pequenas oficinas artesanais com cerca de cinco operários

<sup>14</sup> SEVCENKO, N. O Prelúdio Republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. IN: SEVCENKO, N. (Org.). História da Vida Privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p. 32.

ao lado de grandes indústrias modernas com centenas ou até mais de mil operários por unidade de produção.<sup>15</sup>

Nada disso impediu, contudo, que em 1890 fosse fundado o Partido Operário Paulista, que em 1906 fosse realizado o Primeiro Congresso Operário Brasileiro, que em 1917 ocorresse a primeira Greve Geral no país e que em 1922 um grupo de 12 trabalhadores fundasse o Partido Comunista do Brasil.

Ao longo desse percurso, inúmeros operários foram presos, agredidos e – no caso dos imigrantes – expulsos do país, pois, como diria Washington Luis, o último presidente da República Velha: “A questão social é [era] um caso de polícia”. Ao tratar dessa questão, Esmeralda de Moura relata:

Em São Paulo, a repressão sistemática atuaria em vários níveis no cotidiano do trabalhador, a cargo dos dispositivos policiais do Governo do Estado. Diligências no bairro do Brás, “em uma casa suspeita”, em busca de anarquistas, a prisão de uma costureira italiana que, por ocasião do assassinato do rei Humberto I, faz “propaganda anarquista e a apologia do regicida italiano”, o deslocamento para Santos, em 1889, de “40 praças, 20 de infantaria e 20 de cavalaria” visando a “conter os revoltosos grevistas”, ilustram bem essa prática do Estado (*O Estado de S. Paulo*, 29 de setembro de 1900, 10 de agosto de 1900, 13 de dezembro de 1889). No início do século, a incidência de greves traria à tona, no âmbito da Secretaria da Justiça, a discussão em torno da necessidade de regulamentar o direito de associação e de reunião previsto na Constituição Federal, considerada a garantia do mesmo sem a devida regulamentação, como possível comprometedora das possibilidades de manutenção da ordem (V., por exemplo, *Relatórios da Secretaria do Interior e da Justiça, 1903 e 1904*).<sup>16</sup>

Essa foi a tônica da República Velha, um período em que a simples menção aos princípios democráticos, aos direitos sociais e à participação popular nas instâncias de poder causavam imenso mal-estar entre os mandatários brasileiros. Afinal, como bem lembra Sidney Chalhoub, naqueles tempos corria como norma entre a elite política e econômica brasileira a percepção de que as “classes pobres” se constituíam, obrigatoriamente, em “classes perigosas”.

<sup>15</sup> FOOT HARDMAN, F. & LEONARDI, V. História da Indústria e do Trabalho no Brasil. Das origens aos anos 20. São Paulo: Ática, 1982, p. 139.

<sup>16</sup> MOURA, E. B. B. de. Um Sólido Anzol de Aço: Estado e Ação Operária na República Velha. Revista ADUSP, junho/1997.



## Síntese

Nesta unidade você acompanhou o processo de formação da República brasileira a partir do contexto final do século XIX, das ideias e projetos que influenciaram na formação do regime republicano e das relações de poder instituídas no Brasil do início do século XX.

Esperamos que tenha ficado claro que o nascimento da República em nosso país ocorreu em um período de mudanças ideológicas, filosóficas e tecnológicas de grande porte e que atingiram o ocidente na virada do século XIX para o XX.

A nossa intenção foi a de ajudá-lo a compreender que a República não foi proclamada a partir de um “ato heroico” do Marechal Deodoro, e sim resultado do fato de o Brasil estar associado ao capitalismo e, conseqüentemente, se enquadrar às necessidades e diretrizes produzidas globalmente por esse sistema.



## Atividades

1) Releia toda a Unidade I e faça um texto interpretativo sobre o processo histórico que levou ao fim da monarquia e a implantação da República no Brasil.

2) Busque, na internet, o quadro “A Proclamação da República”, de Henrique Bernardelli e produza um pequeno texto analisando a concepção desse pintor a respeito do nascimento da República brasileira.

3) Com base nas informações contidas ao longo desta Unidade, crie um esquema relacionando as características típicas da República Velha no que respeita a sua estrutura política, econômica e social.



